

Resumo:

Pensar no grupo social das travestis e transexuais através da teoria da representação social, bem como de perspectivas metodológicas das Ciências Sociais, pode ser uma via importante, para que junto com os estudos da Comunicação Social possamos nos aproximar de uma compreensão sobre o segmento abordado. A abordagem teórica, mais metodológica propicia a possibilidade de existência da conscientização frente a população das travestis e transexuais, e junto a esses sujeitos para pensarmos o emponderamento do grupo. Para tanto objetivamos mostrar um pouco da sua realidade cultural desde a instituição escolar, pois a partir disto a população terá o conhecimento necessário para a compreensão e possivelmente a diminuição da violência.

Palavras-chave: Violência, Travestis, Transexuais, Comunicação Social e Ciências Sociais.

Breve reflexão sobre a questão 'TRANS': Corpo e violência

Os conceitos apresentados nas Ciências Sociais, bem como aspectos metodológicos presentes na Sociologia e Antropologia, servirão para nortear as reflexões que objetivamos apresentar. O trabalho em questão é fruto da disciplina de Fundamentos das Ciências Sociais e humanas, tendo por título inicialmente: 'Corpo e gênero na experiência trans', decorrente desse trabalho percebemos que um elemento aparecia recorrentemente, a questão da violência, seja nas falas das travestis e transexuais entrevistadas, naquelas que entramos em contato através de redes sociais, e no material obtido junto ao grupo Atransparência, e junto a Marina Reidel, professora e primeira transexual a realizar um mestrado no Brasil.

Assim, o trabalho visa construir uma reflexão inicial sobre a violência que cerca esse grupo, mesmo dentro da população LGBT, seguramente o "grupo T" é a parcela onde o número de violência excede o limite compreensível. Para tanto entrevistamos sete travestis e transexuais, sendo elas: Tainá, Lara Bianck, Michele Santana, Mariah

Agatha, Sissy Kelly, Marina Reidel e Rebecka Glitter – essa última presidente da ONG ‘Atransparência’.

Outro ponto nos parece relevante para o trabalho, como pensar a relação entre comunicação social e as interpretações construídas sobre esse grupo, no momento que são transmitidas pelos meios de comunicação? Considerando que muita coisa é omitida, em função da violência institucionalizada, e que essa violência, apresentada em diversos trabalhos teóricos, inicia-se na instituição familiar (homofobia/transfobia), estando presente também na instituição educacional (evasão) e no restante da sociedade. Mas como podemos falar deste grupo numa sociedade transfóbica e discriminadora? Como pensar em medidas de conscientização, mostrando a realidade cultural deste grupo desde a instituição escolar, pois a partir disto a população terá o conhecimento necessário para a compreensão e possivelmente a diminuição da violência. Onde a mídia entraria nesse processo, o material veiculado pela mídia esconde coisas esclarecedoras e transmite assuntos superficiais sobre o grupo? Seria possível a mídia trabalhar questões de emponderamento para este grupo discriminado e como fazê-lo?

Para iniciarmos a reflexão a respeito desse grupo, gostaríamos de utilizar o conceito de representação social, que pode ser pensado como “(...) uma maneira de interpretar e pensar a realidade cotidiana, uma forma de conhecimento da atividade mental desenvolvida pelos indivíduos e pelos grupos para fixar suas posições em relação a situações, eventos, objetos e comunicações que lhes concernem.”(Sêga, p.128, 2000) sendo largamente utilizado nas Ciências da Comunicação. Considerando que as representações sociais, orientam condutas e práticas sociais. Além disso, poderíamos citar os conceitos de gênero e sexualidades, como fundamentais para o objetivo nos baseamos em alguns autores, dentre eles, Berenice Bento, a autora afirma em sua obra: “A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual.” que:

“Pessoas transexuais e travestis são expulsas de casa, não conseguem estudar, não conseguem emprego, são excluídas de todos os campos sociais, entram na justiça para solicitar a mudança do nome e do sexo; enfim, um

conjunto de instituições sociais é posto em ação toda vez que alguém afirma: "não me reconheço nesse corpo, não me identifico com o gênero imposto; quero uma cirurgia corretiva do meu sexo, não suporto esses seios que me aprisionam ao destino materno; quero mudar minha identidade civil".

A bibliografia sobre travestis e transexuais aponta para um desacordo entre o sexo biológico que esses sujeitos nascem, e o gênero com o qual se identificam. Além de uma série de violências sofridas pela população 'T' – violência física, simbólica. Mauro Cabral apud Damásio (2009): afirma ser perceptível mecanismos de “estigma e vulnerabilidade que cercam a experiência travesti, a violência familiar, social e institucional que sofrem os sujeitos que expressam formas não hegemônicas de masculinidade e feminilidade”. Estando a questão da violência muito presente nas falas das entrevistadas. Tainá (a entrevista foi realizada na Avenida Engenheiro Roberto Freire onde a mesma trabalha) afirma:

“Os meninos jogam saco de areia nas meninas e em mim, teve uns bonitinho que passava para tirar onda e atirava com bala de borracha nas meninas, algumas ficaram até machucadas, eles passaram por mim e não fizeram nada, ainda bem.”

A violência física é claramente uma constante na vida das travestis, sendo que essa violência não se restringe as ruas, podemos observá-la em todos os espaços sociais que elas circulam. Fica notório a questão da violência quando as mesmas mencionam a primeira violência sofrida. Lara Bianck (foi entrevistada na UFRN, a mesma fez designer gráfico na UNP) nos diz:

“Somos nós travestis e transexuais que enfrentamos diversas dificuldades e barreiras, né, e, desde a aceitação no meio familiar até o desenvolvimento escolar e convívio em sociedade como geral. Então assim, muitas acabam sofrendo discriminação por parte da própria família onde não tem aceitação, são expulsos de casa, né, e nas escolas quando começam a se descobrir.”

Ainda pensando na violência institucionalizada, é impensável salientar que este grupo sofre as mais diversas formas de violência, a simbólica, a física, a psicológica, dentre as mais diversas, sobre isto Sissy Kelly afirma que:

“A violência e o preconceito continuam nos prejudicando imensamente, fazendo com que ainda continuamos sem muitas escolhas no mercado de trabalho, esse preconceito se inicia nas famílias e chega até a sociedade em geral, inclusive a TRANSFOBIA institucionalizada.”

A negação de uma série de direitos pode ser vista como uma violência simbólica que acaba provocando violências as mais diversas, inclusive letais, direitos que são negados pelo Estado Brasileiro, um desses direitos diz respeito a utilização do nome social – mesmo que algumas instituições determinem a utilização do mesmo – A questão do nome social seria basicamente a possibilidade da travesti ou transexual autodenominar-se a partir de seu gênero, e não do seu nome civil, por causa do sexo biológico. Nesse sentido essa questão básica sendo negada se transforma em violência simbólica, quando, por exemplo, Rebecka afirma:

“A sociedade boa dá direitos dos quais as pessoas desconhecem e não os respeitam, direito mais simples dado no "Planeta Terra" a qualquer ser com ou sem vida é um nome, esse direito nos é negado diariamente , quer dizer não precisa ser gasto nada apenas ser sensível e isso é difícil de colocar na cabeça das pessoas, com isso nossa população abandona as salas de aulas provocando uma evasão grandiosa para o segmento TRANS, segundo a ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) 90% das Travestis precisam se prostituir pra sobreviver, e os outros restantes 10% não vive uma boa vida são mendigas , nisso não existe inclusão no mercado de trabalho e nem órgãos específicos para estudo deste problema que só se agrava.”

Outro aspecto importante a ser pensado diz respeito à saúde da população ‘trans’, A questão da construção dos corpos das travestis e transexuais é fundamental

para que eles possam expressar sua identidade de gênero, em função disso eles apesar de estarem presentes nas políticas de atenção à saúde da população LGBT, acabam recorrendo as dicas de outras travestis que já passaram pelo processo, porque nos serviços de atenção básica eles não são reconhecidos pelo gênero, mas sim pelo sexo biológico, assim a tomada de hormônios e colocação de silicone – na maioria industrial – é feita sem os cuidados de saúde necessários para diminuição e riscos e agravos nesse segmento Rebecka fala sobre mais essa dificuldade:

“(...) altas doses de hormônios são injetadas diariamente no corpo destas pessoas que anseiam um "Ambulatório de Travestis e Transexuais" para que esse problema seja sanado, poucas notícias boas rondam esse segmento por conta da exclusão, abandono e desprezo da qual até mesmo a própria família dá as costas na maioria das vezes.”

O preconceito e discriminação para com este grupo em específico são evidentemente presentes, voltando mais para o que a população pensa sobre a mudança de sexo, incluindo também a hormonioterapia, Marina Reidel nos traz em sua dissertação de mestrado (2013) sobre o que a religião pensa sobre a população “T” dentro desta sociedade, o que Bento XVI em específico acha sobre este grupo, Marina Reidel afirma:

“(...) a Igreja Católica nos remete ao pensamento conservador (...) Ele afirmou que os comportamentos que vão além das relações heterossexuais são a destruição do trabalho de Deus. Criticando as cirurgias de mudança de sexo, Bento XVI declarou que “o homem pretende se auto-emancipar da criação e do Criador. O homem quer fazer a si mesmo e dispor sempre e exclusivamente de somente aquilo que o interessa. Mas, desse modo, vive contra a verdade, contra o espírito criador”. Assim, com essa voz, principalmente de alguns setores religiosos, condenam a transexualidade.” (Página 29)

Baseando-se no artigo de Michelle Rodrigues Cardoso e Luís Felipe Ferro de 2012: “Saúde e População LGBT: Demandas e Especificidades em Questão” é possível fazer a análise que: “Geralmente, o transexual procura os serviços de saúde da rede pública por apresentar o desejo de realizar a cirurgia de transgenitalização. (...) os constrangimentos provocados pela dificuldade em realizar mudanças na identidade civil

são constantes, e o principal prejuízo é notado nas relações de trabalho.” Baseando-se nisto é necessário a compreensão que tenham o conhecimento adequado sobre os direitos humanos para esta população.

Para podermos compreender que a população das transexuais e travestis, em nossa sociedade, sofrem preconceitos dos mais diversos, é notório algumas vezes a não aceitação desta população. Pensando no preconceito e violência, a travesti Mariah Agatha faz um comentário que se encaixa perfeitamente no contexto que afirma:

“Ser T nesta sociedade excludente patriarcal e mesmo que colocar essas pessoas na força.”

Um dos objetivos presentes na Política de saúde para a população LGBT aponta para a necessidade de promoção da saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, eliminando a discriminação e o preconceito institucional, contribuindo para a redução das desigualdades e para a consolidação do SUS. No entanto quando observamos as experiências vivenciadas pelos sujeitos ‘trans’, compreendemos que além da discriminação e homofobia que parte desse grupo sofre, ainda tem a transfobia, como definido por Leticia Lanz:

“Por isso mesmo, a afirmação que tenho feito de que “transgênero não é gay”. Pode até ser, mas essa é uma questão menor diante da problemática própria do “mundo trans”, completamente diferente da problemática do “mundo gay”. Se há interfaces entre esses dois mundos – e inegavelmente há – elas são muitíssimo menos importantes e significativas do que a imensa diferença das variáveis que envolvem a vida de uma “pessoa transgêneras” em comparação à vida de uma “pessoa gay”. E boa parte do sofrimento que a sociedade impõe à conduta das pessoas trans resulta da identificação que continua sendo feita entre “gay” e “trans”.”

Diante dessa reflexão, observamos que esse grupo social é duplamente estigmatizado, como parte da população LGBT e como transexuais e travestis, que sofrem com a transfobia e a possibilidade de se inserir na sociedade mais ampla, por conta da discriminação e preconceitos, a travesti Michele Santana afirma:

“Nos dias de hoje, nós homossexuais somos aceitados, mas ainda muita gente nos ver como pessoas doentes mentais sem ter os mesmos direitos que um heterossexual, ou seja queremos ser visto como todos, direito igual a todos, pagamos imposto, sofremos iguais, amamos iguais, morremos iguais a todos ser humanos, somos seres humano. Sobre a violência mudou pouca coisa...”

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

As falas do trabalho, as conversas virtuais e o material disponibilizado, apontam para a necessidade de pensar formas de emponderamento dessa parcela da população LGBT, considerando as diferenças presentes no interior do grupo. A necessidade do empoderamento, remete a discutir e impulsionar os poderes, a busca individual da autoestima, da autoconfiança, que vai se manifestar nas relações sociais, culturais e afetivas dos sujeitos trans, na busca da construção da sua própria identidade.

O que é transmitido pela mídia são assuntos que escondem coisas importantes e transmitem assuntos superficiais, não aprofundando o fundamental. Concordamos que: mesmo que os meios de comunicação não transmitam toda a história, por que não pensar em medidas, como é o caso da criação de um blog para que a população LGBT tenha também o acesso a todas as informações exclusivas e verídicas, e para que isso ocorra é necessário ter cautela, sobre assuntos que tratam sobre o seu grupo social com suas representações, podendo também expor para toda a sociedade fatos que muitas vezes ficam “escondidos” e diminuir gradativamente a discriminação que existe com população.

REFERÊNCIAS:

Adriana R. B. Vianna Sérgio Carrara. **“Tá lá o corpo estendido no chão...”**: a Violência Letal contra Travestis no Município do Rio de Janeiro. <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v16n2/v16n2a06>>. Acessado em 19 de Maio de 2015 às 13h.

BENTO, Berenice. A (re)invenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond/Clam, 2006.

BENTO, Berenice. **Dossiê gênero e sexualidade no espaço escolar**. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2011000200016>. Acessado em 19 de Maio de 2015 às 9h.

BRASIL, Ministério da Saúde. Política Nacional De Saúde Integral De Lésbicas,Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, 2010.

DAMÁSIO, Anne. Botando o corpo e refazendo gêneros. Tese de doutoramento CCHLA-UFRN, 2009.

KULICK, Don. Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

LANZ, Letícia. **Arquivo transgênero: ser transgênero é normal e é legal**. Transfobia não é homofobia e transgênero não é gay. <<http://www.leticialanz.org/transfobia-nao-e-homofobia-e-transgenero-nao-e-gay/>>. Acessado em 30 de Abril de 2015 às 12h
Transfobia; Violência institucionalizada contra travestis e emponderamento.

Lívia Gonsalves Toledo e William Siqueira Peres. **Dissidências existenciais de gênero**: resistências e enfrentamentos ao biopoder. <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1519-549X2011000200006&script=sci_arttext>. Acessado em 19 de Maio de 2015 às 12h.

Michelle Rodrigues Cardoso e Luís Felipe Ferro. **Saúde e População LGBT: Demandas e Especificidades em Questão.** <
<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v32n3/v32n3a03.pdf>>. Acessado em 20 de Maio de 2015 às 3h

MORIGI, Valdir. **Teoria social e comunicação: Representações sociais, produção de sentidos e construção dos imaginários midiáticos.** <
<http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/9/10>>. Acessado em 23 de Maio de 2015 às 10h.

REIDEL, Marina. A PEDAGOGIA DO SALTO ALTO. Histórias de professoras transexuais e travestis na Educação Brasileira. Dissertação de mestrado. UFRS, 2013.

SÊGA, R. A.. O conceito de representação social nas obras de Denise Joselet e Serge Moscovici. Anos 90 (UFRGS), Porto Alegre, RS, v. 13, p. 128-133, 2000.

NOTAS:

- Beatriz Damásio, graduanda em Comunicação Social – Jornalismo na Universidade Potiguar (UnP) – Natal/RN; Email: beatriz_vdf@hotmail.com.
- Anne C. Damásio – Professora de Antropologia – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); email: annecdamasio@yahoo.com.br
- As entrevistas foram realizadas com o consentimento das entrevistadas, algumas entrevistas foram realizadas via email, redes virtuais e outras pessoalmente.
- A dissertação de Marina Reidel foi autorizada a ser utilizada via email, onde a mesma me encaminhou a dissertação.